



11ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

BATI BRASIL RESTAURANTES LTDA.

PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA, argentina, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Rua Juquiá, 50, no bairro do Jardim América, na cidade de São Paulo (SP), CEP 01440-020, portadora da cédula de identidade RNE número V366064-9 e inscrita no CPF/MF sob número 230.048.828-09.

BENNY BURATTINI GOLDENBERG, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Mergenthaler, 345, Vila Leopoldina, CEP 05311-030, na cidade de São Paulo (SP), portador da cédula de identidade RG 23.054.734 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 327.293.208-90.

JASON MARK LOWE, irlandês, solteiro, maior, fotógrafo, portador do passaporte irlandês LB5658589, válido até 29/11/2026, inscrito no CPF/MF sob número 239.509.148-03, residente e domiciliado à 50 / Whitmore – Road – Londres – N1 5QG – U.K., neste ato representado por sua procuradora **PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA**, argentina, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RNE no. V366064-9 e inscrita no CPF/MF sob no. 230.048.828-09, residente e domiciliada na Rua Juquiá, 50, no bairro do Jardim América, na cidade de São Paulo (SP), CEP 01440-020, de acordo com a procuração registrada no livro 403 / página 253, no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 9º. Subdistrito de Vila Mariana – São Paulo (SP)

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob o nome de **BATI BRASIL RESTAURANTES LTDA.**, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o nº **3522067369-1**, em sessão de 11 de maio de 2006, inscrita no CNPJ/MF sob no. 08.035.611/0001-87, com sede e foro na Rua Artur de Azevedo, 542, Pinheiros, na cidade de São Paulo (SP), resolvem alterar o referido contrato de acordo com as cláusulas seguintes:

PC PC 18



Cláusula 1ª. – O sócio **BENNY BURATTINI GOLDENBERG** adquire da sócia **PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA** a quantidade de 94.999 (noventa e quatro mil e novecentas e noventa e nove) quotas do capital social, pelo valor de **R\$94.999,00** (noventa e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais), cujo pagamento por esta transferência de quotas é feito neste ato e em moeda corrente do país.

Parágrafo Único – A sócia **PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA** dá plena e raza quitação geral ao valo recebido pela transferência de quotas descrita nesta cláusula.

Cláusula 2ª. – O capital social de **R\$1.677.562,00** (um milhão e seiscentos e setenta e sete mil e quinhentos e sessenta e dois reais), representado por 1.677.562 (um milhão e seiscentas e setenta e sete mil e quinhentas e sessenta e duas) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente do país, ficará dividido entre os sócios da seguinte forma:

Sócio	Quotas	Valor
Paola Florência Carosella	858.826	R\$ 858.826,00
Jason Mark Lowe	500.000	R\$ 500.000,00
Benny Burattini Goldenberg	318.736	R\$ 318.736,00
Total	1.677.562	R\$ 1.677.562,00

Parágrafo 1º - Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.



Cláusula 3ª. – Os sócios **PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA** e **BENNY BURATTINI GOLDENBERG** terão direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, as quais serão realizadas de acordo com a legislação em vigor, e, levadas a conta de despesas gerais da sociedade.

Cláusula 4ª. – Os sócios resolvem consolidar o contrato social, o que fazem pelas cláusulas a seguir:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

BATI BRASIL RESTAURANTES LTDA.

Os sócios resolvem de comum acordo e por meio do presente instrumento, consolidar o contrato social desta **sociedade empresária limitada**, a qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

Capítulo I – Denominação, Sede, Duração e Objeto Social

Cláusula 1ª. - A sociedade empresária limitada girará sob a denominação de **Bati Brasil Restaurantes Ltda.** e será regida por este contrato e pelas disposições dos artigos 1.052 e seguintes do Código Civil, no que for aplicável e não contrariado pelo disposto neste Contrato e, ainda, supletivamente e no que couber, pelas normas que regem as sociedades anônimas e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Cláusula 2ª - A sociedade tem sede e foro na **Rua Artur de Azevedo, 542**, Pinheiros, CEP 05404-001, no município de São Paulo (SP), podendo operar em todo território nacional e fora dele.

Parágrafo único – Respeitadas as disposições legais, a sociedade poderá, por deliberação dos quotistas, instalar ou encerrar dependências em qualquer praça do país.

PC PC J



Cláusula 3ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Cláusula 4ª - Os objetivos da sociedade consistem na exploração dos ramos:

- a) **Restaurante, bar e lanchonete;**
- b) **Comercialização de produtos congêneres de fabricação de terceiros;**
- c) **Cursos, treinamentos e eventos na área de gastronomia.**

Capítulo II – Capital Social

Cláusula 5ª - O capital social totalmente subscrito e integralizado pelos sócios é de **R\$1.677.562,00** (um milhão e seiscentos e setenta e sete mil e quinhentos e sessenta e dois reais), representado por 1.677.562 (um milhão e seiscentas e setenta e sete mil e quinhentas e sessenta e duas) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, e assim dividido entre os sócios:

Sócio	Quotas	Valor
Paola Florência Carosella	858.826	R\$ 858.826,00
Jason Mark Lowe	500.000	R\$ 500.000,00
Benny Burattini Goldenberg	318.736	R\$ 318.736,00
Total	1.677.562	R\$ 1.677.562,00

Parágrafo 1º - Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º - Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.

Capítulo III – Administração da Sociedade



Cláusula 6ª - - A administração da sociedade **cabará aos sócios PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA e BENNY BURATTINI GOLDENBERG, de forma isolada**, que receberão o título de **administradores**, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, ficando autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

Parágrafo 1º - Depende de deliberação dos quotistas que representem 100% (cem por cento) do capital social a alienação de bens do ativo da Sociedade.

Parágrafo 2º - Transações administrativas ou financeiras que atinjam ou excedam o valor de **R\$ 30.000,00** (trinta mil reais) deverão, obrigatoriamente, ser realizadas em conjunto, através de consenso explícito de ambos os sócios.

Cláusula 7ª - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer sócios, mandatários ou funcionários praticados sem prévia autorização tomada em reunião pelos quotistas, quando necessária à mesma autorização, ou que envolvam obrigação a negócios estranhos aos objetivos sociais, ou ainda a prestação de garantias de mero favor, sendo o infrator individualmente responsabilizado pelas perdas e danos que causar à Sociedade.

Capítulo IV – Deliberação de Sócios Quotistas

Cláusula 8ª - As deliberações dos sócios, previstas no artigo 1.071 do CC/2002, serão tomadas em reunião que poderá ser dispensada na forma do § 3º do art. 1.072 do CC/2002, quando os mesmos decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dessa deliberação.

PC PC
13



Cláusula 9ª - As deliberações dos sócios, quando necessárias, constarão de ata própria, observando-se o disposto nos Artigos 6º e 7º.

Cláusula 10ª - Será dispensada a formalização em ata de deliberação, quando a matéria seja objeto de alteração do contrato social, subscrita por todos os quotistas.

Capítulo V – Exercício Social

Cláusula 11ª - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social os administradores farão elaborar, nos termos da lei, as denominações financeiras da Sociedade.

Cláusula 12ª - Os lucros e perdas da Sociedade serão rateados entre os sócios na proporção de suas quotas, de acordo com o Artigo 1.007 do Código Civil.

Cláusula 13ª - A Sociedade poderá levantar balanços parciais a qualquer tempo, desde que compreendam períodos mensais completos, inclusive para efeito de distribuição de lucros líquidos apurados.

Capítulo VI – Da Retirada de Sócio e Cessão de Quotas

Cláusula 14ª - As quotas do capital são indivisíveis e, no caso de retirada de qualquer dos sócios, o outro, cujo direito de preferência é assegurado, deverá ser notificado por escrito com 60 (sessenta) dias de antecedência para que seus haveres sejam apurados por meio de balanço especial, os quais serão liquidados em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias da data da apresentação do balanço.

pc pc B



Capítulo VII – Dissolução da Sociedade

Cláusula 15ª - A Sociedade será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação dos sócios quotistas que representem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do capital social.

Cláusula 16ª - A Sociedade não se dissolverá por morte, interdição ou insolvência de quaisquer dos sócios, continuando com os sócios remanescentes, os quais poderão optar pela admissão dos herdeiros do falecido, interdito ou insolvente na Sociedade ou pela aquisição de suas quotas, mediante o pagamento aos herdeiros do valor patrimonial líquido das mesmas, na data do falecimento, apurado através de balanço especial. Na segunda hipótese, o pagamento aos herdeiros será feito em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira delas 30 (trinta) dias após a data do balanço especial retro referido, as quais serão sempre corrigidas monetariamente, pelo índice oficial de inflação ou por qualquer outro índice que reflita, sem qualquer expurgo, a real desvalorização da moeda, entre os períodos de reajuste, e vencerão juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde o evento, até o vencimento de cada uma delas.

Capítulo VIII – Disposições Gerais

Cláusula 17ª - Os sócios **PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA** e **BENNY BURATTINI GOLDENBERG** terão direito a uma retirada mensal a título de Pró-Labore, as quais serão realizadas de acordo com a legislação em vigor, e, levadas a conta de despesas gerais da sociedade.

Cláusula 18ª - Os casos omissos neste contrato serão regulados pela legislação vigente, ficando eleito o foro desta Capital do Estado de São Paulo, como competente para dirimir qualquer questão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PC
B

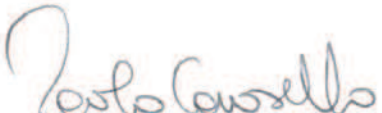


Artigo 19º - Os sócios declaram não estar impedidos por lei especial de exercerem a administração da Sociedade, nem terem sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ou qualquer outro que os impeçam de exercer atividade mercantil.

E por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

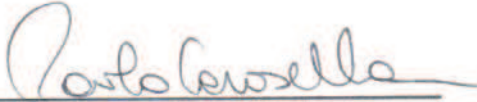
São Paulo, 03 de maio de 2017.

140


PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA

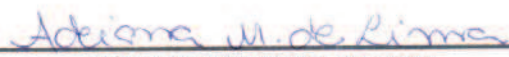
140


BENNY BURATTINI GOLDENBERG


JASON MARK LOWE
P/ Procuradora
PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA

Testemunhas:


LENILDO MENDES DE ARAUJO
RG 20.603.686-3 SSP-SP


ADRIANA MOREIRA DE LIMA
RG 47.904.762-5 SSP-SP





9ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

LA GUAPA EMPÓRIO E EMPANADAS LTDA.

Benny Burattini Goldenberg, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG 23.054.734 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 327.293.208-90, residente e domiciliado na Rua Mergenthaler, 345, Vila Leopoldina, CEP 05311-030, na cidade de São Paulo (SP).

Paola Florência Carosella, argentina, solteira, maior, empresária, portadora da cédula de identidade RNE no. V366064-9 e inscrita no CPF/MF sob no. 230.048.828-09, residente e domiciliada na Rua Cônego Eugênio Leite, 170, bairro de Pinheiros, CEP 05414-010, na cidade de São Paulo (SP).

Únicos sócios da sociedade empresária limitada que vem girando nesta praça sob a denominação de **La Guapa Empório e Empanadas Ltda.**, com contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob número **3522829467-2**, em sessão de 02/04/2014, com sede e foro na cidade de São Paulo (SP), na Rua Bandeira Paulista, 446, Bairro Itaim Bibi, inscrita no CNPJ sob no. **19.999.483/0001-08**, resolvem de comum acordo alterar o referido instrumento, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª. – Os sócios resolvem abrir uma filial que se situará na **Rua Antonio Carlos, 452**, no bairro da Consolação, na cidade de São Paulo (SP), CEP 01309-010, cujo objeto será a **exploração comercial de restaurantes e lanchonetes, o preparo de refeições, doces, sobremesas, salgados e lanches para comercialização. Também, poderá comprar e vender bebidas, inclusive alcoólicas.**



Cláusula 2ª. – Em função da abertura da filial aqui descrita, o capital social ficará dividido da seguinte forma:

Capital Social	
Matriz	R\$ 60.000,00
Filial - Alameda Lorena, 1731, Pavimento Superior	R\$ 30.000,00
Filial - Rua Costa Carvalho, 289 / 293	R\$ 30.000,00
Filial - Rua dos Pinheiros, 248 B	R\$ 30.000,00
Filial - Rua Florida, 1.602	R\$ 30.000,00
Filial - Rua Antonio Carlos, 452	R\$ 30.000,00
Total	R\$210.000,00

Cláusula 3ª. – Continuam em vigor todas as cláusulas do contrato social e demais alterações, com exceção das partes atingidas pelo presente instrumento.

Cláusula 4ª. – Os sócios resolvem consolidar o contrato social, o que fazem pelas cláusulas e condições seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

LA GUAPA EMPÓRIO E EMPANADAS LTDA.

Os sócios resolvem de comum acordo e por meio do presente instrumento, consolidar o contrato social desta **sociedade empresária limitada**, a qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

DENOMINAÇÃO SOCIAL

Rubrica

PC

(11)



Cláusula 1ª. – A sociedade empresária limitada ora constituída girará sob a denominação social de **La Guapa Empório e Empanadas Ltda.**

SEDE, FILIAIS E PRAZO

Cláusula 2ª. – A sociedade terá sua sede e foro na cidade de São Paulo (SP), na **Rua Bandeira Paulista, 446**, Bairro Itaim Bibi, CEP no. 04532-001 e poderá, mediante deliberação dos sócios que representem no mínimo 70% (setenta por cento) do capital social, abrir, manter e encerrar filiais em todo o território nacional, tendo seu prazo de duração por tempo indeterminado.

Parágrafo Único – A sociedade tem quatro filiais na cidade de São Paulo (SP):

Filial I na **Alameda Lorena, 1731, Pavimento Superior**, no bairro do Jardim Paulista, CEP 01424-007, registrada na Jucesp com NIRE **35904871443**;

Filial II na **Rua Costa Carvalho, 289**, no bairro de Pinheiros, CEP 05429-130, registrada na Jucesp com NIRE **35905086626**;

Filial III na **Rua dos Pinheiros, 248 B**, no bairro de Pinheiros, CEP 05422-000; registrada na Jucesp com NIRE **35905145851**;

Filial IV na **Rua Florida 1.602**, no bairro de Cidade Monções, na cidade de São Paulo (SP), CEP 04565-001, registrada na Jucesp com NIRE **3590540919-6**;

Filial V na **Rua Antonio Carlos, 452**, no bairro da Consolação, na cidade de São Paulo (SP), CEP 01309-010.

Cláusula 3ª. – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

OBJETO SOCIAL

Cláusula 4ª. – O objeto da matriz e filiais será a **exploração comercial de restaurantes e lanchonetes, o preparo de refeições, doces, sobremesas, salgados e lanches para comercialização. Também, poderá comprar e vender bebidas, inclusive alcoólicas. Ainda, poderá desenvolver e registrar marca, padronizar modelo de trabalho, criar e patentear suas criações, promover, comercializar e gerir sistema de franquias, na qualidade de franqueador, conforme possibilita a Lei Federal n. 8.955, de 15 de dezembro de 1994.**

Rubricas

[Assinatura]

(II)

[Assinatura]



CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. – O capital social é de **R\$210.000,00** (duzentos e dez mil reais), representado por 210.000 (duzentas e dez mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, ficando distribuídas da seguinte forma:

Sócio	%	Quotas	Valor
Benny Burattini Goldenberg	50	105.000	R\$105.000,00
Paola Florência Carosella	50	105.000	R\$105.000,00
Total	100	210.000	R\$210.000,00

Parágrafo 1º. – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, em conformidade com a lei, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º. – As quotas são consideradas indivisíveis, não podendo ser penhoradas, cedidas, vendidas, alienadas, transferidas ou gravadas com ônus de qualquer espécie sem o expresso consentimento da sociedade.

Parágrafo 3º. – Em função da abertura da filial descrita cláusula 2ª do presente instrumento, o capital social ficará dividido com a matriz da seguinte forma:

Capital Social	
Matriz	R\$ 60.000,00
Filial - Alameda Lorena, 1731, Pavimento Superior	R\$ 30.000,00
Filial - Rua Costa Carvalho, 289 / 293	R\$ 30.000,00
Filial - Rua dos Pinheiros, 248 B	R\$ 30.000,00
Filial - Rua Florida, 1.602	R\$ 30.000,00
Filial - Rua Antonio Carlos, 452,	R\$ 30.000,00
Total	R\$210.000,00

Rubricas:

(I)

[Assinatura]

(II)

[Assinatura]



ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E PRÓ-LABORE

Cláusula 6ª. – A administração da sociedade caberá a **ambos os sócios isoladamente**, que receberão o título de **administradores**, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, ficando autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

Cláusula 7ª. – **Nenhum dos sócios** terá direito a retirada a título de Pró-Labore, tendo como única remuneração pelos serviços prestados a sociedade, os lucros distribuídos no final do exercício, de acordo com a legislação em vigor.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Cláusula 8ª. – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. Ao fim de cada exercício, será levantado o balanço patrimonial correspondente ao mesmo período, bem como, preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

Parágrafo Único - Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

RETIRADA DE SÓCIO

Cláusula 9ª. – No caso de retirada de qualquer dos sócios, os demais deverão ser notificados por escrito com 60 (sessenta) dias de antecedência para que seus haveres sejam apurados por meio de balanço especial, os quais serão liquidados em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 60 (sessenta) dias da data da apresentação do balanço.

Rubricas

(I)

(II)



Parágrafo Único. – No caso de falecimento de qualquer dos sócios, será facultado aos herdeiros o direito de ingresso no quadro societário no lugar do sócio falecido ou de receberem uma indenização nos termos da apuração de haveres regulada no *caput*.

Cláusula 10ª. – Na hipótese de qualquer das partes receber oferta firme para alienar, direta ou indiretamente, suas cotas a terceiro, fica assegurado às demais Partes (“Sócios Remanescentes”) o direito de exigir que essa alienação de Cotas pelo Sócio Cedente englobe as Cotas então detidas pelas demais Partes (“Direito de Tag Along”), em quantidade proporcional à do Sócio Cedente, caso a venda venha a se concretizar. Se a oferta de venda envolver a alienação, direta ou indireta, do Controle da empresa pelo Sócio Majoritário, o Sócio Minoritário de Direito de “Tag Along” para alienação da totalidade de sua participação na empresa.

Parágrafo 1º. – No caso de alienação indireta da participação, o preço de aquisição das ações detidas pelas Partes que exerceram o Direito de Tag Along aqui previsto será determinado através dos procedimentos previstos a seguir:

Parágrafo 2º. – Para efeitos do disposto nesta **cláusula décima**, o Sócio Cedente deverá notificar os Sócios Remanescentes sobre o recebimento de oferta firme para alienação de suas Cotas a terceiro, informando o número de Cotas a serem alienadas, o preço a ser pago por Cota, o prazo e forma de pagamento, outras condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do potencial comprador (“Termos da Oferta”).

Parágrafo 3º. – No prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento pelas Sócios Remanescentes de notificação do Sócio Cedente contendo os Termos da Oferta, as Sócios Remanescentes deverão informar por escrito ao Sócio Cedente se exercerão ou não o seu respectivo Direito de Tag Along. Caso as Sócios Remanescentes exerçam o Direito de Tag Along, estas deverão aderir integralmente aos termos e condições de venda que forem contratados pela Sócio Cedente. O exercício do Direito de Tag Along será irretratável e irrevogável. Todos os custos e despesas incorridos na preparação e efetivação da alienação, inclusive honorários legais e profissionais, desde que previamente aprovados por escrito pelos Sócios Remanescentes, serão rateados pelas Sócios na proporção do valor recebido por elas em razão da alienação.

Publica

PC

B



DELIBERAÇÕES

Cláusula 11ª. – As deliberações dos sócios, previstas no artigo 1.071 do CC/2002, serão tomadas em **reunião** que poderá ser dispensada na forma do § 3º do art. 1.072 do CC/2002, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dessa deliberação.

Parágrafo Único – A convocação dos sócios para reunião será feita contra recibo, observada a antecedência de 10 (dez) dias da data da sua realização.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 12ª. – As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Cláusula 13ª. – Os administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade por força de Lei, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela. Declaram, também, tampouco estarem sujeitos a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a norma de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Cláusula 14ª. – Fica eleito o Foro da Capital e Comarca de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para que, sendo necessário dirimir judicialmente assunto em questões relativas a este contrato, competindo a parte vencida o pagamento dos honorários de advogado da parte contrária e vencedora, além de ficar inteiramente sobre seu encargo todas as custas, despesas judiciais e extrajudiciais.

Rubricas

(I)

(II)



E por se acharem em perfeito acordo em tudo quanto neste instrumento particular foi escrito, assinam o presente contrato.

São Paulo, 10 de outubro de 2018.

149

Paola Florencia Carosella

PAOLA FLORÊNCIA CAROSELLA

149

Benny Burattini Goldenberg

BENNY BURATTINI GOLDENBERG



Reconheço por Semelhança a(s) firma(s):

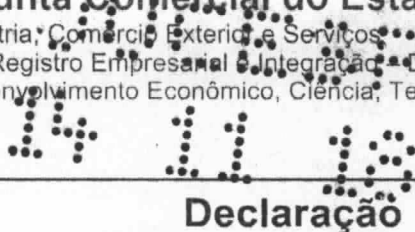
BENNY BURATTINI GOLDENBERG, PAOLA FLORENCIA CAROSELLA

São Paulo, 23 de Outubro de 2018. C.Seg: 51920284.1125364

R\$18,50 SELD(S) C2104/AB0484219



14 NOV 2018 JUCESP



Declaração

Eu, BENNY BURATTINI GOLDENBERG, portador da Cédula de Identidade nº 23.054.734-5, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 327.293.208-90, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa LA GUAPA EMPÓRIO E EMPANADAS LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Antônio Carlos, 452, Consolação, SP, São Paulo, CEP 01309-010, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

RG: 23.054.734-5

LA GUAPA EMPÓRIO E EMPANADAS LTDA.